
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que após esta longa exposição, da forma como foi redigido o trabalho, os principais pontos conclusivos foram sendo expostos a cada capítulo. Isto até poderia nos isentar da necessidade de incluir uma parte específica para tecermos as considerações finais. Todavia, estamos certos de que esta longa reflexão sobre a realidade amazônica-acreana tem indicado muitos pontos a considerar a respeito da realidade agrária regional. Assim, mais do que apresentar pontos conclusivos, queremos aqui elucidar evidências que nos permitem tanto fechar alguns pontos nos quais ainda cabe certas considerações, como deixar questões que instigam outras pesquisas e novas reflexões.

Iniciamos expressando que a realidade amazônica-acreana tem se revelado para nós de forma que se permita datar três fases da questão agrária em seu processo de formação socioeconômico, político e territorial:

- A primeira, desde os finais do século XIX, quando a questão agrária regional se centraliza na hegemonia da grande propriedade extrativista florestal (uma unidade empresarial capitalista), porém ocupada por seringueiros (força produtiva camponesa), caracterizando o confronto do domínio patronal contra a emergência de uma classe camponesa que buscava autonomia.
- A segunda, nos anos 70 e 80 do século XX. Com a adoção e com o avanço da atividade agropecuária, ocorre um redimensionamento no uso da terra e na distribuição fundiária. É trazida para a ordem do dia a questão das mudanças na produção do espaço como processo de integração aos propósitos desenvolvimentistas centralizados na expansão agropecuária a partir do Centro-Sul – a saída era então abrir as portas para a modernização da agricultura. Porém, com a implantação de atividades agropecuárias extensivas, o que há são apenas os reflexos que atingem a região, tais como o desmatamento exacerbado e a expulsão do sujeito social que realmente habitava a floresta.
- A terceira, já de meados dos anos 90 em diante. Vencidas as fases de forte violência e conflitos agrários, a questão agora se mostra no âmbito

da adoção de novos propósitos de desenvolvimento regional, tendo o espaço agrário como mola mestra. Os conflitos que tinham como base as questões fundiárias são relativamente superados. Daí a adoção de medidas que revalorizem a floresta como potencial produtivo, e que não encarem o problema como se fosse exclusivamente de caráter produtivo agrário, e sim do ângulo da adoção de perspectivas de desenvolvimento para a região.

Nesse contexto, sob tais caracterizações gerais da questão agrária na Amazônia-acreana, três fases da fronteira regional a colocam, no âmbito produtivo e de circulação, em escalas que vão do local ao mundial. Assim, na inter-relação entre essas escalas diversas, no processo de controle da propriedade da terra e da geração de alternativas de desenvolvimento, podemos dizer que:

- Na primeira (finais do século XIX a meados do século XX), centraliza-se na questão do controle exercido sobre a terra florestal (a floresta como potencial produtivo) e sobre a mão-de-obra seringueira como meios de domínios fundamentais. Daí porque todo o processo de crescimento (pois acreditamos não ser ainda possível falar de desenvolvimento), tanto de produção como de circulação regional, teve um caráter centrífugo (no sentido de algo que se afasta, que sai da região). A riqueza produzida, em sua maior parte, vai para o exterior, para as grandes cidades regionais e até para a capital da República (Cf. GONÇALVES, 1998). Houve conflitos internos, e a reconstrução de alguns projetos de vida camponesa no interior da floresta e nas colônias agrícolas.
- Na segunda (pós 1960), destaca-se o controle da propriedade fundiária, como instrumento de mercadorização da terra e da intensa expansão da produção extensiva na porção territorial leste da região. Daí a mudança maior ocorre no controle fundiário em que a terra não é mais vista como potencial produtivo florestal, e sim pela extensão territorial. Por outro lado, a questão do desenvolvimento não estava colocada como parte central da problemática agrária, visto que ela era parte das discussões políticas gerais, em que no agrário se atinge apenas com processo da ideologia “modernizante” e setorial. Então, sob uma realidade mais ampliada, há base para maior aplicação local da riqueza

e há, ao menos no discurso, a defesa da promoção de um crescimento econômico gerador de maior desenvolvimento regional. Daí a adoção de práticas agropecuárias seria a base para a superação. Agora os conflitos se externalizam com as lutas pela terra e para ficar na terra.

- Na terceira fase, que se refere ao momento atual, vemos uma centralização do desenvolvimento, tendo sido as potencialidades naturais revalorizadas. Estas mudanças viriam com a adoção de opções que potencializam o natural e perante práticas extrativistas e de cultivos como a agrossilvicultura, sob uma perspectiva ecológica e “sustentável”, confrontando-se e convivendo resquícios e possibilidades das três fases da fronteira Amazônica-acreana, sendo que as duas primeiras – a frente pioneira extrativista e a agropecuária – aparecem como parte dos processos produtivos, mas também como base para a redefinição social, econômica e até cultural para a terceira. Esta vem sendo colocada via adoção de matrizes produtivas sob *propósitos tecno-ecológicos* (BECKER, 1996) que revalorizam a floresta enquanto potencialidade a ser explorada (sobretudo economicamente). Nesse local, em meio ao campesinato, vivem-se conflitos e absorções de influências externas, derivando daí a condição dessas questões serem colocadas no ponto central da questão agrária na Amazônica-acreana. Assim, a questão do desenvolvimento tende a ser direcionado num caráter centrípeto para a região, sobretudo na absorção de modelos externos adotados, como p.e., no próprio “projeto de desenvolvimento sustentável do Governo da floresta”.

Na prática, vemos florescer os mecanismos de forte descentralização dos problemas sociais que permearam as lutas, e ainda estão deveras presentes para a questão do desenvolvimento, com o propósito de otimizar a exploração dos recursos naturais. Os problemas regionais serão vistos como passíveis de resolução com a adoção de tecnologias adequadas para aproveitamento de suas potencialidades, sob argumentação política ideológica de “harmonizar os interesses de classes” no conjunto das relações de produção num rearranjo político social, sob um projeto chamado de “sustentável”. Tenta-se demonstrar que as questões sociais da *luta pela terra e na terra* são apenas mais um dos problemas ecológicos que se poderia resolver no âmbito das alternativas de desenvolvimento tomadas. Com isso, o poder dos movimentos sociais, o STR, sucumbe parcialmente perante um poderoso

instrumental de pressão, posto num casamento ideológico entre segmentos das forças dos movimentos sociais, juntamente com parte da elite local no comando do Estado.

Então, o movimento de *luta na terra* persiste, mas é um tanto cooptado para dentro das metas governamentais. Por um lado, isso tem sido importante base para a formação de apoio às organizações, mas por outro lado tem suprimido a autonomia da organização que vinha sendo construída no âmbito da luta de classes. Contudo, nesse processo não há passividade, pois algumas organizações, embora reconhecendo a importância das parcerias, exigem a manutenção da sua condição de autodeterminação sobre suas ações (situação da CAPEB, p.e.). Contudo, vemos tanto o reimmergir da luta como o submergir da capacidade criativa dos movimentos sociais sob as condições impostas no âmbito do plano de “desenvolvimento sustentável” regional do “Governo da Floresta”. Nesse aspecto vemos, assim como **Paula** (2003), a geração de *insustentabilidades*, nos propósitos e respaldos das políticas de desenvolvimento, sobretudo no que atingem diretamente a reprodução integral do espaço agrário regional.

É preciso manter a capacidade de embate das forças sociais, diferenciando-as (e reconhecendo tais diferenças) mesmo perante um Poder Instituído para governar o Estado que tem a participação efetiva de lideranças dos movimentos sociais. A tentativa de interferência nas organizações apenas cria dependência, desvincula a organização da luta e a desprepara para sua continuidade, em outro momento de mudanças da conjuntura e política no estado. A condição de parceria, em muitos casos, tem que ser revista, pois há situações de grandes desvios, como na Usina Wilson Souza Pinheiro, em Brasiléia, onde a CAPEB cedeu ao Governo do estado o terreno para a construção do prédio da indústria; em maio de 2004, o prédio estava pronto, porém não entrava em funcionamento devido a alguns reajustes a serem feitos na parte operacional da fábrica e, sobretudo, por questões políticas na devolução do prédio à referida organização camponesa, como nos informou um de seus dirigentes (embora, como objetivo, a devolução já estivesse definida no acordo quando a organização coletiva fez a cessão do terreno ao Estado). Vemos então a falta de compreensão dos dirigentes do Estado de que para acelerar certos processos de mudanças é preciso que, entre os parceiros, haja confiança; e também, por outro lado, há a necessidade de reconhecer que as metas das organizações sociais e as governamentais nem sempre se processam em tempos equivalentes.

Contudo, os embates surgidos e as possibilidades de aproveitamento dos recursos naturais e do potencial para a produção de uma mercadoria específica, são condições que têm feito os camponeses reverem suas matrizes produtivas. Então, no âmago da questão do desenvolvimento agrário regional, a adoção de sistemas produtivos agrários voltados para

o aproveitamento do potencial florestal, mas também de práticas de cultivos de plantas regionais, vão sendo definidos como centrais. Vemos também que, sob os aspectos das subjetividades que norteiam a formação e a luta camponesa, estão sendo tecidas teias, num refazer das práticas vivenciais desses sujeitos sociais, perante as novas possibilidades que lhes apontam. Daí derivam três situações que podemos referir processualmente ao campesinato amazônico-acreano:

- Se sob o domínio das forças dos seringais, sua identidade emerge das estreitas aberturas que tiveram ao serem recriados ou se auto-recriarem e se imporem como classe em si com a instituição de um domínio legítimo pelo tempo de vivência na terra de trabalho. Contudo, há um aprendizado de vivência pela vida na floresta e nas colônias agrícolas.
- Já sob o avanço das forças agropecuárias, seus espaços e territórios vivenciais florestais foram ameaçados e a diversidade social da classe aumentou relativamente. Os conflitos se ampliam e na luta buscam reafirmar as bases de sua vivência anterior na conquista e edificação de territórios produtivos específicos, inclusive com a regularização fundiária de seus domínios legítimos (p.e., as RESEXs e os PAs).
- Agora, sob a adoção de matrizes produtivas que buscam valorizar o sentido ecológico da potencialidade local (como mercadoria a ser produzida), por um lado, poderão desfrutar de um espaço maior de produção de geração de renda, inclusive conciliando práticas de cultivos (trazidas pelos camponeses migrantes centro-sulistas) com o potencial natural e dos conhecimentos locais (dos camponeses regionais); por outro, sob as diretrizes que lhes são colocadas cada vez mais estes submergem a determinações externas. Nisso vemos o sentido de que, na atualidade, os propósitos de ser praticante do cultivo e da produção de mercadorias ecológicas começam a integrar este universo produtivo (ainda que também sob metas impostas) dos camponeses vinculados às organizações coletivas. Contudo, no plano interno da produção camponesa, notamos que a conotação ecológica que avança ocorre com vista a uma prática pela auto-sustentação da vida; não no sentido apenas de sociabilidade humana, mas da vida integrada com todos os seres que formam e interagem na realidade da *floresta*. Então, vemos que o repensar desta prática produtiva e a

aceitação de conceitos expostos se devem a uma questão muito prática: como nós, seres humanos, somos capazes de agir sob os demais tipos de vida modificando-os e até destruindo-os, podemos também, superando o sentido utilitarista e produtivista das práticas de manejos, agrossilviculturas etc, retirar um aprendizado para gerar renda e manter a vida local, pois no convívio com a natureza também podemos defendê-la e preservá-la sob ganhos mútuos. Mas será um desafio maior para todos nós também pensarmos sobre isso.

Como pensar, na questão do desenvolvimento regional, as especificidades que estão presentes no âmbito da externalização da questão agrária atual? Como já ressaltamos, se antes pensar o desenvolvimento foi um processo que corria paralelamente, agora sob a ótica da inversão tecnológica, tanto seja numa perspectiva mais produtivista (como no âmbito do agro-negócio) ou sustentabilista (como no âmbito das práticas de cultivo e extrativismo “ecologicamente corretas”), o desenvolvimento está colocado como um problema central¹. A centralização da questão do desenvolvimento tem trazido para a pauta principal a despreocupação com o social em relação aos problemas agrários e o colocado num plano secundário em face de medidas da ação de novas matrizes produtivas na Amazônica-acreana. Mesmo assim, os movimentos sociais encontraram aí respaldo para sua expansão no que se refere à estratégia de geração de renda familiar, dado que, sob a égide do discurso ecológico, muito se podia aproveitar também na obtenção de apoio de projetos próprios na geração de renda e construção de seus projetos coletivos. Todavia, como a expressão da *luta na terra* tem ainda abrangência reduzida no âmbito da realidade social regional, as medidas

¹ - Nisso discordamos de **Gómez** (2002, p.245), quando este afirma que no atual momento brasileiro “a questão agrária, irresoluta no interior do sistema de metabolismo social do capital, é relegada à via morta, enquanto uma questão do desenvolvimento, pautada na diversificação produtiva, na transformação do pequeno produtor em empresário rural ou na formação de uma classe trabalhadora melhor preparada para contribuir com a acumulação do capital, entre outras, vai consolidando-se na medida em que recebe as maiores atenções tanto política como teóricas”. Ora, o problema do desenvolvimento sempre foi paralelo ou implícito no âmbito da questão agrária brasileira; todavia, nas condições históricas anteriores o desenvolvimento em si não era o problema maior, pois havia consenso político pelas direções que apontavam para a expansão agropecuária e agrícola mecanizada sob exclusiva base da propriedade privada da terra. O desenvolvimento era visto como uma questão macro do país, mas secundarizada no âmbito do agrário produzido. Na atualidade, esta problemática é retomada, mas trazida para o centro das questões agrárias, inclusive podemos notar, nos embates dos camponeses florestais, p.e., que foram geradas propostas (ainda que cooptadas por forças externas), e também se discutem bases para a implantação de alternativas sociais, econômicas, culturais até como estratégias de resistência. Isso é feito tanto na luta dos camponeses amazônicos-acreanos como também nos assentamentos conquistados pelos movimentos de luta pela terra por outras regiões, não apenas como imposição, mas como necessidade para solidificar suas bases de vivências na terra de trabalho. Aqui está a razão da questão do desenvolvimento não poder ser vista como um problema externo à questão agrária, tampouco à supressão da luta no embate de classes, embora concordo que sob a lógica da capitalização e melhorias tecnológicas há realmente um mecanismo de enfraquecimento da luta. Isso se deve sim ao papel ideológico e alienante presente no âmbito das questões atinentes ao projeto mundializado do “desenvolvimento da sustentável”, visto como panacéia.

das políticas agrárias têm sido colocadas sob forma de hegemonizar um “modelo” padrão para o desenvolvimento do estado, apresentado sob a legalidade que se busca nos ideais de luta dos seringueiros personificados em signos como p.e, na figura social de Chico Mendes e de seus ideais.

Assim, a recolocação do problema do desenvolvimento para o centro da questão agrária, respondia à crise que conjunturalmente estava colocada para a reprodução capitalista em maior escala, respondendo às especificidades regionais. Em outras palavras, queremos dizer que se abriam condições para uma tecnificação e expansão das práticas agro-químicas em lavouras comerciais, excluindo a necessidade excessiva de mão-de-obra, paralelamente à otimização em território de produção camponesa (inclusive na *floresta*) da adoção de técnicas produtivas orgânicas no ímpeto de mercantilização de produtos e do aproveitamento de força-de-trabalho antes alijados do processo de circulação no mercado². Nisso vemos que estão se atrelando à lógica das políticas públicas com metas mercadológicas de adoção de matrizes de intensificação produtiva, com padrões específicos ditados pelo mercado. Então as possibilidades do camponês viver sem entrar nesse círculo (GOMEZ, 2002), o coloca na condição de permanecer marginalmente ao processo de circulação de riquezas e, às vezes, sequer de ter acesso a incentivos à produção (como, p.e., nos subsídios oferecidos pelo Governo do Acre, mas que são acessados apenas quando o camponês está vinculado a uma associação)

Sob a ótica da resistência em que se buscou a geração de alternativas ao desenvolvimento regional, na atualidade, vemos que o desenvolvimento agrário tem que ser pensado também no âmbito das situações acima referidas. Assim, se por um lado o projeto do Governo posto para a sociedade traz em sua execução uma concepção reformista, propondo mudanças conjunturais, porém sem alteração nas bases estruturais existentes, por outro, ainda que diminuída, a manutenção da luta dos movimentos sociais promove a busca e a geração de alternativas próprias do fortalecimento de suas organizações fora das esferas determinantes do Estado.

Então, para finalizarmos, vemos que, mesmo diante das implicações externas sobre as internas, podemos apontar alguns quesitos básicos para refletirmos sobre o desenvolvimento agrário amazônico-acreano nesse princípio do século XXI, quanto ao:

➤ **Negócio coletivo e mudanças no padrão produtivo**

² - É bom ressaltar que concordamos com Gómez (2002, p.246) quando resalta que “as possibilidades abertas através da mercantilização de todos os processos que acontecem em torno das atividades rurais e a conseqüente

No contexto de expansão do agro-negócio como expoente máximo para o projeto neoliberal, há a necessidade de criarmos uma alternativa a partir dos movimentos sociais, sobretudo na ótica da produção camponesa (isto é, numa ótica não-capitalista). Vemos aí que as empresas cooperativas podem ser sim apontamentos para um princípio de projeto produtivo, pautado sobre ações solidárias de forças sociais a partir da luta na construção de *negócios coletivos*. Vemos nisso a possibilidade de contraposição ao projeto desenvolvimentista reformado pelo capital sob o signo do *agro-negócio* pautado na expansão da pesquisa sob fontes produtivas biológicas transmutadas (transgênicas), ou na intensificação das lavouras sob bases agro-químicas; então, podemos confrontá-los com o *negócio coletivo* pautado na organização social a partir da luta camponesa, sob base cooperativista ou associativista, com opções tecnológicas providas da pesquisa e da adoção de práticas agro-orgânicas (biodinâmicas), claramente imbuído de propósitos de mudanças no padrão de produção e de consumo a partir dos próprios produtores, mas buscando atingir a sociedade como um todo. Vemos que apenas sob estas mudanças, ainda que extremamente radicais, pode haver apontamentos concretos para possibilidades de reconstrução de um projeto que desperta o ideal de solidariedade interno à (re) adequação ao mercado da produção e do trabalho dos associados.

Então, a concepção coletiva já iniciada tem que ser aprofundada no sentido de dar garantia de continuidade. Contudo, como se trata de um processo educativo que deve extrapolar a dimensão interna de grupos sociais, há a necessidade de se criar mecanismos para que o ensino sobre a organização social, o cooperativismo, o associativismo, extrapolem seus limites organizativos e comecem a chegar à sociedade em geral. Acreditamos na necessidade de um chamamento para a situação, não como medida política do Estado, mas como forma de parceria com os movimentos sociais organizados, comunidades religiosas e, sobretudo, em readequação curricular no Ensino Fundamental e Médio conforme a realidade onde será aplicado. Isso poderá começar a mudar a “cara” de cidadelas pequenas e, sobretudo, a situação daqueles que trabalham a terra seja no *campo* ou na *floresta*.

➤ **Sentido do desenvolvimento e de auto-sustentabilidade**

Os movimentos de resistências camponesas, ao longo de suas lutas desde os embates em defesa por seus territórios de vivências, sempre tiveram como metas apresentar proposições de alternativas de desenvolvimento. Daí, então, Osmarino Amâncio Rodrigues (Brasília, 2002) ter explicado o que eles fizeram em relação à experiência da exploração de

homogeneização do espaço para permitir uma reprodução do capital mais rápida e eficiente, constituem o pano de fundo das políticas públicas de desenvolvimento rural”.

uma área de floresta e comparando a produção de rentabilidade do equivalente dessa área sob práticas agropecuárias. Na verdade, a área florestal se revelou com possibilidade de ganhos três vezes maiores que a outra; nisso ressaltou o sindicalista: “aí a floresta mostrou que era sustentável”. Em outro relato, o Sr. Francisco Assis (2002), na cidade de Xapuri, nos explicava: – “para nós foi até fácil aceitar essas idéias de ‘desenvolvimento sustentável’, pois nosso trabalho já era feito de forma sustentável muito antes”. Esses relatos demonstram aspectos de um discurso que apresenta uma visão prática relacionando suas atividades com o potencial produtivo do lugar habitado, na busca imediata da sobrevivência. Então, a concepção ideológica do “desenvolvimento sustentável” possui um forte apelo ecológico e ambientalista, e sob esse aspecto encontra ressonância para ser aceita. Há também uma reciprocidade, pois as ajudas financeiras aos movimentos camponeses foram obtidas junto a órgãos internacionais de solidariedade. Por essas vias seus projetos foram (e são) financiados.

Na verdade, estes sujeitos tratam da questão do “desenvolvimento sustentável” numa ótica de ter *sustentação própria*, em que viabilizam melhores condições de manutenção de seus meios de produção. Daí, então, estarem falando de questões práticas de uma *auto-sustentabilidade*, o que difere da visão macro das propostas de “desenvolvimento sustentável”, pois a sustentação é gerada por eles próprios, no próprio ambiente de vivência, no seu trabalho, na sua autonomia.

Não estamos propondo a refutação do propósito do “desenvolvimento sustentável”, aliás, nem poderíamos, pois ele está colocado para todos. Temos, todavia, que entendê-lo sob suas faces reais para poder ver o que se pode ter de avanços e, então, avançar. Ver o que há de recuos para lutar pela superação e, então, lutar. Daí, admitimos que o cunho reformista trazido no bojo das políticas de “desenvolvimento sustentável”, apesar de estar inserido no âmbito do projeto neoliberal global, cria espaços mais democráticos à realidade vivida na Amazônia-acreana³. Se por um lado instrumentaliza signos dos movimentos sociais para tê-los como mecanismos de pressão social, por outro admite certas aberturas, e aí vemos possibilidades de maiores avanços sociais. Portanto, vemos que na difusão do plano de “desenvolvimento sustentável”, gerado a partir do Banco Mundial e de outras agências fomentadoras, está a condição de ser também instrumento opressor de difusão ideológica, mas

³ - Para termos melhor idéia do que representa este projeto mundializado, a explicação comparativa da Prof^a. Arlete Moisés **Rodrigues** (1997, p. 46) nos ajudar a compreender o sentido das ambigüidades presentes no significado deste conceito: “há parasitos que, contraditoriamente, destroem a própria base alimentar e é isto que tem ocorrido com as formas pelas quais a sociedade capitalista, cuja proposta é a de produzir mais e sempre novas mercadorias, tidas como sinônimo de progresso e de desenvolvimento, tem ocasionado. Ou seja, tem destruído sua base de recursos naturais. Há parasitos, contudo, que mantém pelo menos a possibilidade de

permitir avanços de setores sociais organizados (condicionado à ótica de ser “sustentável”). Vemos que aí há aberturas para possibilidades reais de avanços das organizações sociais, sobretudo no âmbito econômico; porém, o perigo é sucumbir em seus projetos de auto-sustentação gerada na luta e no embate local, perante o poder ideológico dos discursos produtivistas das chamadas políticas sustentáveis importadas de fora e impostas (pelo Estado e por organizações financiadoras) como algo que se respalda nos ideais de lutas locais.

Na verdade, na realidade amazônica, os propósitos do “desenvolvimento sustentável” visam, em especial, ao *crescimento econômico*, incluindo o potencial natural e humano localizado que estava alijado do processo em nível global. Conforme **Alier** (1998, p. 268), este caráter desse projeto se que explica porque,

[...] o Informe de Brundtland, ao referir-se a um desenvolvimento ecologicamente sustentável usa a palavra desenvolvimento no sentido de crescimento econômico (como, de outra parte, é habitual), entrando em contradição, pois o crescimento econômico das economias ricas não é ecologicamente sustentável.

Estas são bases conceptivas que tem de ser consideradas, se o que está em jogo é a criação de uma autonomia social, com determinação não apenas no campo econômico, mas social, ecológico, político, cultural, inclusive dos camponeses que são realmente os principais sujeitos que produzem a realidade agrária a que vimos referindo. Isso seria, no sentido de gerar a *auto-sustentação*, a *auto-sustentabilidade*, mas como capacidade própria de promover as condições de vivenciais conservando tais situações em posição idênticas ou superior⁴. Então poderemos falar desses termos não como derivados do “desenvolvimento sustentável”, mas sim do sentido das razões práticas que demonstramos estar presentes na realidade vivida pelos camponeses.

➤ **Significação de sustentabilidade e a realidade do Amazônida**

Para tratar da questão da sustentabilidade na realidade camponesa amazônica é fundamental vê-la no âmbito da geração de autonomia. Vemos então que, para pensá-la como conceito, a primeira condição é apreender o sentido da intromissão desse significado no universo representacional desses sujeitos, referindo a condição de que o seu significante está imbuído da condição de “sobre” – “vivência”, mas não apenas humana, mas

continuar a se alimentar, permitindo a vida de sua base. Parece-me que esse segundo tipo se aproxima do que tem sido abordado como desenvolvimento sustentável”.

⁴ - Salientamos que, com isso, ao nosso ver, o termo *auto-sustentação* vai além do que referimos na noção do termo “subsistência”, no sentido do que se produz no âmbito vivencial da produção camponesa.

das condições vivenciais com o ambiente vivido, isto é, com os outros seres vivos que compartilham o espaço produzido⁵. Assim, ao apreendermos esse sentido próprio gerado pela comunidade, teremos a certeza que sua representatividade está vinculada à auto-determinação que se inscreve nas condições subjetivas do *habitus* que norteiam também a expressão camponesa quando passam a agir como *classe para si*.

Nessas condições, na construção da afirmação desse conceito, justificamos a necessidade de tratarmos como o prefixo “auto”, no sentido de determinação própria e não da imposição externa. Daí falarmos de auto-sustentação e auto-sustentabilidade. Não estamos defendendo um processo puramente espontâneo, mas sim uma significação que é gerada no âmbito da luta camponesa e dos trabalhadores em geral, na qual podem ser propostas bases para melhor aproveitamento de seus potenciais. Também, o Poder Público e as organizações de apoio podem ajudar na afirmação das condições, mas a *auto-sustentabilidade* a que nos referimos é gerada no dia-a-dia da luta no trabalho, nos embates sociais, na autonomia como sujeito sociocultural, nas organizações como STRs, cooperativas, associações etc.

Na realidade amazônica-acreana, vemos sentido nessas considerações quando tratamos das lutas das forças locais, na adoção de alternativas produtivas vistas como *sustentáveis*. Não vemos problemas no uso do termo, que, diga-se de passagem, foi aceito no vocabulário local dos camponeses, porém não destoado de suas lutas e buscas por *viver melhor*; é aí que eles vêem tais proximidades e equivalência de significados⁶.

Daí a importância de estarmos pensando o conceito de sustentabilidade, mas noutra base para além do que é proposto no âmbito do projeto de “desenvolvimento sustentável”. Referimo-nos às condições de *ter e ser desenvolvimento* no âmbito da luta no cotidiano para se sustentar, até na externalização de suas ações no espaço vivencial. Então, a realidade tratada é a de uma significação do termo que permanece no campo do embate por autonomia e autodeterminação no cotidiano vivido.

➤ Pensar o desenvolvimento agrário

⁵ - É possível tratar dessa significação incluída a capacidade ecológica natural, onde pessoas aprenderam a conviver com seu ambiente por anos vividos. Daí, então, pensar que o desenvolvimento deve incluir tais condições naturais em seu universo representativo, uma vez que o desenvolvimento proposto não é uma exclusividade de crescimento econômico de alguns e a pobreza da maioria, mas a tentativa de superar essa condição.

⁶ - A respeito disso, o sindicalista Raimundo Barros (2002), questionado sobre sua visão na implantação de alternativas de manejo madeireiro no âmbito das práticas sustentáveis, assim se posicionou: “uma coisa é pensar não em si hoje, mas pensar no filho que vem amanhã, no neto que vem depois, no bisneto que vai vir e assim por diante, então tem que ter o entendimento desta continuação de vida; e outra é a forma e o cuidado que tem em tirar a árvore para não destruir as outras. Isto eu considero que seja um projeto, que talvez ainda não é o ideal, talvez ainda tenha outro que na medida que vamos fazendo a gente vai encontrando [...]”.

No espaço agrário produzido mais recentemente, vemos que talvez o marco fundamental traçado tem sido a abertura para possíveis reintegrações da força-de-trabalho e do potencial natural da Floresta Amazônica ao mercado. Na verdade, desde a decadência da borracha, a população da floresta e a floresta em si estiveram alijadas de tais condições; daí a facilidade de expansão da frente pioneira agropecuária por toda a região, produzindo grande devastação florestal para práticas de cultivos e criações extensivas e até intensivas, em vários estados como no Mato Grosso e em Rondônia.

Nesse sentido, voltando à situação da Amazônia-acreana, as buscas de alternativas que permitam a viabilização da produção florestal, ou mesmo o incentivo à prática de agrossilvicultura, já começam a criar outras mentalidades também no camponês da lavoura (o que atinge ainda poucos sujeitos). Então, a floresta já não é mais um empecilho para sua vivência, daí suas organizações coletivas terem também aceito a adoção de práticas agroflorestais, pois isso garante uma viabilidade de mercado para sua produção, com a conseqüente obtenção de renda. É claro que também há empresas privadas que já começam a ver possibilidades de operar. Sem o papel conciliador do Estado, pode existir mecanismos que inviabilizem o processo, como p.e., na sobreposição de áreas de ações de organizações coletivas, na contratação de pessoas treinadas em atividades florestais (os manejadores) para o trabalho assalariado (esvaziando áreas de manejos comunitários) etc.

Todavia, não estamos aqui propondo pensar os espaços das empresas privadas, mas sim formas de promover alternativas de ocupar parte de seus espaços no mercado, via organizações coletivas. Nesse sentido, vemos a importância da organização social e da ressonância destas no Estado e na sociedade geral. Contudo, haverá sempre a necessidade de um desenvolvimento endógeno da comunidade, como forma de aproveitar a abertura que se tem no mercado e garantir ganhos sociais, políticos e econômicos. Assim, vemos sentido de pensarmos o lugar como instância a ser planejada, ao menos, sob suas quatro dimensões vivenciais fundamentais de seu entorno: o social, o vital, o cultural e o produtivo, como nos referiu o Prof. José M. Mateo **Rodriguez** (2002).

Então, defendemos o princípio de rompermos com o discurso que coloca no futuro o tempo para a realização do “desenvolvimento” e discutir a condições reais, pois a vivência plena do presente também garantirá a realização futura. A questão a ser posta é apontarmos as condições para privilegiar o *ter* e o *ser* autonomia; o *ser* e o *ter* independência socioeconômica e política; o *ser* cultural e o *estar* acessível a mudanças, perante a dialética que produz o cotidiano em que vivemos. Assim, para pensar o planejamento do desenvolvimento agrário temos de partir de certas situações que viabilizem a efetuação de tais

condições, como por via de: desenvolvimento do lugar; princípio de fomentar a auto-gestão dos negócios coletivos; apropriação comunitária; usufruto dos recursos locais; ampliação do poder das organizações comunitárias; valorização cultural do grupo social, entre outras (RODRIGUEZ, 2002).

Não se trata de pensar algo para o capital, mas sim as condições de usufruto de *viver melhor* com o mercado. Então, vemos que, ao ter melhores ganhos, ao entrar no mercado com seu potencial social produtivo, ao ganhar espaços para produtos regionais antes alijados do processo de circulação, ao constituir-se como forças políticas locais com expressão significativa na realidade vivida, há sim avanços que o movimento já conquistou, no que vemos grande poder de transformação social.

Queremos que nossas críticas aqui sejam entendidas não como uma defesa da sociedade de consumo, mas sim visando a superação dessa sociedade. Contudo, de uma coisa estamos certos, não há poder revolucionário sustentado por sujeitos famintos! Será que não estaríamos vivendo um momento no qual as condições objetivas nos apontam para outras possibilidades de vermos o poder revolucionário que se mostra na luta? Estamos tentados a começar a pensar que a crença de que o caminho para a transformação consiste em evitar que as novas formas do capitalismo atuante dominem o trabalho (MÉSZÁROS apud GÓMEZ, 2002, p.273) e a produção, não seja a melhor opção para refletirmos um projeto social emancipatório, perante as condições objetivas e subjetivas em que vivemos.

Há condições que talvez sejam colocadas como possibilidades reais de agirmos por dentro da conjuntura do modo de produção, e sob princípios solidários impulsionar sua implosão. Querer isso de imediato é impossível, prognosticar é possível! Quem sabe aqui possamos terminar instigando princípios para se pensar numa produção solidária, como muitos intelectuais têm tentado fazer a partir dos princípios da *economia solidária* (SINGER, 2000; SANTOS, B. de S., 2002). Mas que esses conceitos fiquem como pontos a refletir depois desta longa caminhada pela realidade da Amazônia-acreana, vista se não com olhos de camponês, ao menos a partir de seu universo vivencial e representacional.

Ademais, apesar desses rápidos aportes finais, queremos salientar que não foi nosso objetivo desenvolver nenhuma teoria de emancipação social, assim como também uma compreensão universal da realidade camponesa mundial, mas sim da realidade dos sujeitos na Amazônia-acreana. Se nossos apontamentos servirem para uma reflexão mais ampla sobre esta realidade já estaremos deveras satisfeitos; se forem além, certamente será devido à realidade que aqui investigamos e à profundidade das reflexões possíveis de serem

travadas. Sob qualquer dessas perspectivas, ter chegado até aqui é motivo de estarmos muito agradecidos.

U'